

Contribuições dos feminismos para a mudança no campo científico

Contributions of the feminisms for change in the scientific field

Por Ezequiel de Souza

Mestre em Teologia (Escola Superior de Teologia)
ezequiel_souza@yahoo.com.br

Resumo:

Existem elementos condicionantes na atividade científica: condicionamentos estruturais, contextuais, epistemológicos e existenciais. Algumas das mais significativas alterações na atividade científica, ocorridas, principalmente, no campo das Ciências Sociais, são devidas às lutas travadas pelo movimento feminista, especialmente a partir da década de 1970. O advento da categoria de gênero possibilitou a emergência de novos sujeitos e de novos objetos de pesquisa, ampliando o leque de questões e de respostas dadas pela atividade científica.

Palavras-chave:

Feminismos. Feminismos e ciência. Campo científico.

Abstract:

There are conditioning elements in the scientific activity: structural, contextual, epistemological and existential conditionings. Some of the most significant alterations in the scientific activity, occurred mainly in Social Sciences field, are there because of the battles fought by the feminist movement, especially starting from the 1970th. The coming of the gender category made possible the upcoming of new subjects and research objects, enlarging the fan of questions and answers given by the scientific activity.

Keywords:

Feminisms. Feminisms and science. Scientific field.

Há alguns anos, era impensável o desenvolvimento de pesquisas que tivessem as masculinidades como objeto. Atualmente, tal investigação não apenas é legítima, como é imperativa: faz-se necessário avaliar crítica e construtivamente o papel do masculino na sociedade, rumo à superação das desigualdades de gênero. Os estudos sobre as masculinidades são devedores aos movimentos feministas, pois foram suas lutas e sua atividade investigativa que proporcionaram o advento da categoria de gênero. Com isso, o homem saiu de sua suposta obviedade essencial, tornando-se objeto de pesquisa e, mais recentemente, também sujeito dela.¹ Nas palavras

de Maria Matos, “pode-se dizer que a emergência da masculinidade como tema-questão, entre outros fatores, foi fruto das próprias alterações das pautas feministas e desdobramentos dos estudos de gênero, que também apontam novas e diferentes estratégias de busca da equidade entre homens e mulheres”.²

A pertinência da categoria de gênero no estudo acadêmico é resultado do discurso feminista,³ e foi essa categoria que acabou permitindo a emergência de estudos das masculinidades.⁴ Temas como

¹ PEREIRA, Verbena L. Gênero: dilemas de um conceito. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. L.; PREHN, Denise R. (Orgs.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 175.

² MATOS, Maria I. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001. p. 46.

³ OLIVEIRA, Pedro P. Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, ano 6, n. 1, 1998, p. 91.

⁴ PEREIRA, 2004, p. 173-174.

construção social das masculinidades, paternidade⁵ e a chamada “crise da masculinidade” foram tornando-se alvo de crescente interesse. Disseminava-se a convicção de que as masculinidades não são absolutas, mas relativas e reativas às mudanças de compreensão da feminilidade.⁶ A percepção do caráter histórico das representações do masculino e do feminino, enquanto estruturas construídas através de esforços sociais ao longo do tempo, foi possível devido à crítica à supremacia masculina.⁷ Colocava-se em xeque o caráter “natural” das desigualdades de gênero, obrigando-se, de certa forma, a repensar as masculinidades, agora de forma plural. A desigualdade de gênero é um processo social, embora haja a tentativa de naturalização e de ocultamento dessa desigualdade por parte daqueles que detêm o poder.⁸

Neste artigo, focaremos nossa atenção nas transformações ocorridas na compreensão do papel e do lugar das mulheres na estrutura social e religiosa, estopim para a possibilidade de repensar o papel e o lugar dos homens nessas mesmas estruturas.

Transições na compreensão da ciência

A inclusão do gênero como um elemento da análise científica foi possível devido à revisão do conceito de ciência. O século XX foi palco para intensos debates acerca dos critérios de cientificidade. Os filósofos provenientes do Círculo de Viena,⁹ por exemplo, defendiam a primazia do

método indutivo para a tarefa científica. O critério de demarcação entre ciência e não ciência seria a existência de um método – o método indutivo – baseado na observação, bem como a verificação das teorias mediante observação e experimentos.¹⁰ Uma abordagem baseada nesses pressupostos prioriza os aspectos lógicos a todos os demais, reduzindo a atividade científica à laboratorização.

As críticas ao modelo do Círculo de Viena não tardaram a aparecer. Karl Popper afirmava que a indução não é lógica, dado que nada indica que as observações futuras seguirão os padrões das atuais. Popper acreditava que as regularidades que impomos ao mundo são princípios apriorísticos da estrutura do nosso pensamento, mas não são válidos *a priori*: eles podem estar equivocados. Segundo ele, “a observação e a experimentação repetidas funcionam na ciência como testes de nossas conjecturas ou hipóteses – isto é, como tentativas de refutação”.¹¹ Se os testes revelarem que a teoria errou em sua previsão, a teoria é refutada.

Ora, a atividade científica possui alguns pressupostos que lhe dão suas potencialidades e seus limites. Essa base é tácita, ou seja, está alicerçada em palavras não ditas e em códigos não escritos. A presença de mulheres nas universidades brasileiras desde 1879 pôs em xeque alguns desses pressupostos. Com isso, interesses não expressos tiveram que ser elaborados. De acordo com Pierre Bourdieu, o campo científico é um espaço onde existe uma disputa constante pela autoridade científica.¹² A autoridade científica é o poder de nomear a realidade e, através de taxonomias, hierarquizá-la. Portanto, para manter seus privilégios, os homens precisavam criar novas justificativas, pois o discurso da inferioridade intelectual feminina perdera sua força.

⁵ FIGUEROA PEREA, Juan G. Derechos reproductivos y feminismo en la experiencia de los varones. *Estudios Feministas*, Florianópolis, ano 8, n. 1, jan./jun. 2000. p. 131-144; JACOBSEN, Eneida; SOUZA, Ezequiel de. Teologia pública e direitos reprodutivos: aborto e paternidade no Brasil. In: SINNER, Rudolf von (Org.). *Comunicações do Simpósio Internacional de Teologia Pública na América Latina*. São Leopoldo: EST, 2008. p. 118-135. (CD-ROM).

⁶ MATOS, 2001, 46; 58.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 8-11.

⁸ SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. 7 ed. São Paulo: Moderna, 1993. p. 15.

⁹ Grupo de filósofos formado por Philipp Frank, Otto Neurath, Hans Hahn, Moritz Schilick e Rudolf Carnap. Sua principal contribuição foi a noção de verificabilidade. CÍRCULO DE VIENA. Disponível em:

<<http://www.algosobre.com.br/sociofilosofia/circulo-de-viena.html>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

¹⁰ ALVES-MAZZOTTI, Judith; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais*. São Paulo: Pioneira, 2001. p. 12.

¹¹ POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. 2. ed. Brasília: UnB, 1982. p. 83. Grifo no original.

¹² BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122.

Thomas Kuhn já havia demonstrado os limites das ciências, ao definir o conceito de *paradigma*, “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, *fornece* problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.¹³ O paradigma determina tanto os resultados quanto as questões a serem colocadas. O motivo é a adequação acrítica a um modo de proceder: “o que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver”.¹⁴ A contribuição de Bourdieu em relação à presença de mulheres na universidade está em chamar a atenção para os obstáculos que devem ser vencidos: o poder de fazer ciência legitimamente e de chamar os concorrentes de pseudo-cientistas. Dado que para isso é preciso “fazer nome”,¹⁵ o primeiro passo é defender a legitimidade do objeto de investigação científica, sua originalidade para o acréscimo de recursos ao repertório já disponível.

Atitude crítica permanente

Nancy Cardoso Pereira alerta para a possibilidade de uma utilização do instrumental de gênero sem o questionamento de um modelo de ciência androcêntrico e elitista.¹⁶ A defesa de uma ortodoxia científica pode ser motivada por avaliações diferentes do mesmo campo. Para quem detém o poder do campo científico, uma estratégia de conservação é a mais adequada. Agora, os recém-chegados que almejam o *status* de dominante devem se submeter a uma estratégia de sucessão.¹⁷ Pereira ressalta a contribuição do feminismo para a elaboração de uma ciência que revela seus pressupostos e suas determinações. Para isso, a suspeita hermenêutica deve ser constantemente exercitada. Essa é a postura adequada a uma ciência libertária.¹⁸ Trata-se de uma estratégia de subversão,

uma vez que intelectuais marginalizados estão mais propensos a enfrentar os riscos inerentes à contestação da ordem.¹⁹

A fim de obter o reconhecimento no campo científico, as feministas sempre apontaram para a falibilidade do discurso científico: suas verdades são verdades historicamente situadas e, portanto, não possuem validade universal. Esse reconhecimento está de acordo com a opção metodológica. Segundo Eleonor Oliveira, três estratégias podem ser utilizadas para desconstruir epistemologias já instituídas: 1) superar, por meio da linguagem, a marca do patriarcado na divisão sexual do mundo, rompendo com categorias tradicionais e nomeando problemas específicos; 2) desmistificar a noção segundo a qual o trabalho feminino representaria um prejuízo ao mundo do capital; e 3) contemplar o sofrimento que acompanha as doenças do mundo do trabalho, sofrimento este em geral não considerado pelos especialistas da área da saúde e pelos levantamentos estatísticos.²⁰ Dessa forma, é possível identificar outras categorias de análise para a atividade científica:

uma das mais importantes contribuições do feminismo às Ciências Sociais, mais precisamente às pesquisas, foi sem dúvida a construção de categorias de análise como o cotidiano, a vivência e a emoção: o cotidiano para pensar o lócus onde acontecem as relações pessoais, afetivas, de trabalho, de lazer e tantas outras; a vivência para pensar as diferentes experiências ao longo da vida das mulheres e dos homens que marcam o corpo e a sexualidade; a emoção como categoria negligenciada e obscurecida pelo positivismo [...].²¹

Justamente o cotidiano era relegado para o segundo plano pela ciência androcêntrica. A partir de uma distinção nítida entre o âmbito público e o privado, as pesquisas se centravam nos aspectos da vida pública e, com isso, simplesmente ignoravam e marginalizavam outras dimensões da vida social. O feminismo, inicialmente, concentrou os seus olhares principalmente sobre os espaços em que

¹³ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 13. Grifo do autor.

¹⁴ KUHN, 1982, p. 148.

¹⁵ BOURDIEU, 1983, p. 131.

¹⁶ PEREIRA, Nancy C. Anotações de presenças e ausências. In: MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (Orgs.). *Corporeidade, etnia e masculinidade*: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p. 147.

¹⁷ BOURDIEU, 1983, p. 137.

¹⁸ PEREIRA, 2005, p. 148.

¹⁹ BOURDIEU, 1983, p. 138.

²⁰ OLIVEIRA, Eleonora M. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 16, n. 1, jan.-abr. 2008, p. 240-242.

²¹ OLIVEIRA, 2008, p. 238.

havia a presença da mulher: o âmbito privado.²² A partir de 1970, novos referenciais de análise permitiram a relativização da tradicional divisão público *vs.* privado. Objetivava-se compreender a interação entre homens e mulheres na totalidade da vida social, uma vez que o cotidiano das mulheres não está isolado dos acontecimentos políticos e sociais: há um diálogo entre público e privado.

As investigações empíricas têm demonstrado não haver um cotidiano feminino isolado dos acontecimentos políticos e sociais. Há uma interpelação entre público e privado. Não se trata apenas de uma politização do privado, “[...] mas de considerar a mulher como um sujeito político, presente na esfera pública, através de espaços de visibilidade que podem ser os movimentos sociais, as campanhas e/ou os protestos políticos, os movimentos revolucionários e até os próprios departamentos femininos nos partidos políticos”.²³

As mulheres, portanto, mesmo partindo da esfera privada, podem agir politicamente, utilizando recursos específicos, seguindo caminhos que cruzam os espaços públicos e privados. A dimensão política não se restringe exclusivamente à esfera pública, às atividades masculinas, mas está presente também no cotidiano que homens e mulheres vivenciam em conjunto numa determinada relação histórica e que interessa analisar com um enfoque integrador, sem pré-interpretações globalizantes, sem juízos valorativos que desqualificam de antemão formas diferenciadas de envolvimento político. As mulheres brasileiras, especialmente nas últimas décadas, das mais diversas formas, têm afirmado a sua cidadania, constituindo-se como sujeitos sociais através dos seus movimentos e ações, ligadas ou não a instituições políticas.²⁴

Novos problemas científicos foram colocados e, com isso, novas abordagens e novas fontes precisavam ser consideradas. O desvelamento do cotidiano não se dá pelos documentos oficiais.

²² D'INCAO, Maria A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 229; GONÇALVES, Andréa L. *História e gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 86.

²³ BRITO, Maria N. C. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. *Estudos Feministas*, ano 9, n. 1, 2001. p. 296.

²⁴ BRITO, 2001, p. 297.

Andréa Gonçalves afirma que fontes documentais produzidas no espaço privado possuem uma riqueza heurística pouco explorada por abordagens tradicionais.²⁵ Outras fontes utilizadas para a reconstrução do cotidiano têm sido as biografias,²⁶ as cartas e diários,²⁷ os códigos de conduta e os manuais de etiqueta²⁸ e os tratados médicos.²⁹ Embora valorize as fontes “privadas”, a autora não descarta a validade das fontes oficiais:

afirmar as possibilidades desse conjunto documental [fontes oficiais] para a elaboração da história das mulheres, principalmente pelo reconhecimento de que mesmo as fontes consideradas “tradicionais”, quando submetidas a novas leituras, a questões originais, podem, da mesma forma que a documentação privada, lançar luz sobre os universos femininos, abre um conjunto de possibilidades que vem sendo explorado de forma alargada pela historiografia.³⁰

Londa Schienbinger afirma que o feminismo trouxe ao campo científico alterações inimagináveis até há pouco tempo. Esse processo foi repleto de contradições, com várias dificuldades a serem superadas no caminho. O “feminismo da igualdade” procurou incorporar as mulheres no modelo normatizador de ciência: “espera-se que as mulheres assimilem a ciência, ao invés de vice-versa; supõe-se que nada na cultura ou no conteúdo das ciências, precise mudar para acomodá-las”.³¹ Segundo a autora, o feminismo liberal, ao reivindicar a igualdade entre homens e mulheres, reduziu ou anulou as diferenças de gênero.³²

Na década de 1980, as tentativas de superar as contradições que o feminismo da igualdade não conseguiu culminam em um movimento de contestação baseado em três pontos de ruptura à tradição liberal: 1) ênfase na diferença de gênero; 2) reavaliação das qualidades tidas como “femininas”; 3) defesa de mudança na atividade científica.³³ Esse

²⁵ GONÇALVES, 2006, p. 86.

²⁶ GONÇALVES, 2006, p. 90-99.

²⁷ GONÇALVES, 2006, p. 99-109.

²⁸ GONÇALVES, 2006, p. 109-115.

²⁹ GONÇALVES, 2006, p. 115-123.

³⁰ GONÇALVES, 2006, p. 124.

³¹ SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciências?* Bauru: EDUSC, 2001. p. 24.

³² SCHIENBINGER, 2001, p. 23.

³³ SCHIENBINGER, 2001, p. 24.

movimento ficou conhecido como “feminismo da diferença”. Schienbinger entende que “o feminismo da diferença tendeu a romantizar aqueles valores tradicionalmente considerados femininos”,³⁴ ou seja, não houve um esforço para a contestação de estereótipos de gênero. As ciências em geral tiveram alterações metodológicas e de objetos devido à participação de mulheres na atividade científica, pois novas interrogações são direcionadas ao objeto de pesquisa.³⁵

Os estudos feministas

Não é possível uma abordagem sobre gênero que não leve em conta o desenvolvimento do movimento feminista na segunda metade do século XX. A partir da década de 1960, vários mitos chegam ao seu fim: o sonho americano, nos Estados Unidos – após a Guerra da Coréia e a Guerra do Vietnã – e o sonho socialista na Europa – após a invasão da Hungria e a Primavera de Praga.³⁶ Durante essa década, no Brasil, o regime militar iria governar com braço de ferro, principalmente após o Ato Institucional n. 5 – AI-5.³⁷

Nesse cenário, forjou-se o novo movimento feminista brasileiro, também conhecido como “feminismo de segunda onda”,³⁸ tendo que

enfrentar um aparente paradoxo: “[...] ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês”.³⁹ Qualquer movimento que procurasse defender os direitos de grupos sociais que não as classes era visto com desconfiança.

Os primeiros grupos do “novo feminismo” brasileiro começaram suas atividades no início da década de 1970, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mulheres que viveram a década anterior sob o manto do regime militar, sem espaços de expressão política, valeram-se desses pequenos grupos para refletir sobre a condição feminina, sexualidade e suas próprias experiências. O número de, no máximo, vinte integrantes reflete a conjuntura política, afinal, tratava-se do período mais repressivo da ditadura. “Eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado”, afirma Céli Pinto.⁴⁰ Era esse caráter privado que possibilitava a ação terapêutica, pois o espaço “intimista” era propício para a assunção de pensamentos e de sentimentos.

A perseguição política levada a cabo pelo governo militar exilou várias lideranças de esquerda, chegando ao ponto de haver comunidades de exilados em alguns países, devido ao contingente de brasileiros que saíram do país. O contato com as ideias feministas fez com que muitas mulheres colocassem em xeque a tradicional posição de poder dos homens, fato que assustava os homens progressistas: “na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais”.⁴¹

³⁴ SCHIENBINGER, 2001, p. 26.

³⁵ ROSADO-NUNES, Maria J. Gênero e experiência religiosa das mulheres. In: MUSSKOPF, André S.; STRÖHER, Marga J. (Orgs.). *Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p. 13-14.

³⁶ PINTO, Céli R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 41-42. A Primavera de Praga foi um movimento que propunha modificações estruturais na Tchecoslováquia. Essa atitude foi duramente atacada pela União Soviética, que invadiu Praga com tanques militares em 21 de agosto de 1968. PRIMAVERA DE PRAGA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_de_Praga>. Acesso em: 02 fev. 2009.

³⁷ Durante o governo do presidente A. Costa e Silva, o Ato Institucional n. 5 foi promulgado, dando amplos poderes ao Poder Executivo. BRASIL. Presidência da República. *Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968*. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_6.htm>. Acesso em: 25 fev. 2009.

³⁸ TELES, Maria A. A. Feminismo no Brasil: trajetória e perspectivas. In: SOTER (Org.). *Gênero e teologia*.

interpelações e perspectivas. São Paulo: Paulinas/Loyola; Belo Horizonte: SOTER, 2003. p. 51.

³⁹ PINTO, 2003, p. 45.

⁴⁰ PINTO, 2003, p. 49.

⁴¹ PINTO, 2003, p. 53.

Na França, o novo cenário de lutas sociais após o famoso Maio de '68⁴² colocava novas perspectivas às exiladas: a brasileira Danda Prado reuniu mulheres de vários países no Grupo Latino-Americano de Mulheres para discutir sobre a condição feminina.⁴³ O Grupo Latino-Americano de Mulheres possuía um caráter distinto dos grupos feministas organizados em São Paulo e no Rio de Janeiro: ele procurava espaços públicos de atuação, mantendo intenso intercâmbio com lideranças feministas latino-americanas, tendo um papel importante na articulação e formação do grupo de feministas brasileiras em Berkeley, Estados Unidos, sob a liderança de Branca Moreira Alves.

As feministas brasileiras em Paris faziam um trabalho de proselitismo, mandavam material para o Brasil, entravam em contato com outros grupos feministas, buscavam aumentar o número de participantes, organizavam seu movimento em diferentes instâncias, por meio de comissões e assembléias.⁴⁴

Desde sua origem, o movimento feminista contou com a presença de mulheres intelectuais. No século XIX, jornalistas e escritoras valeram-se de suas obras para reivindicar direitos e divulgar suas ideias. Fenômeno semelhante aconteceu com o “novo feminismo”, uma vez que “um número significativo entre as mulheres que começaram a reunir-se nos primeiros anos da década de 1970 era de professoras universitárias e profissionais liberais, em sua maioria ligadas às áreas de ciências sociais, história, letras, psicologia e direito”.⁴⁵ Mulheres ligadas às ciências exatas não se associaram, de início, ao movimento feminista. As intelectuais feministas realizaram inúmeras pesquisas sobre a condição feminina no Brasil. O marco inaugural desses estudos foi a tese de livre-docência defendida por Heleieth Saffioti em 1967 na Universidade de São Paulo, sob a orientação de Florestan Fernandes. Intitulado *A mulher na sociedade*

de classes: mito e realidade, o estudo foi publicado dois anos mais tarde, dando as primeiras contribuições para as pesquisas feministas que seguiriam, sobretudo na década de 1970.⁴⁶

O trabalho de Saffioti foi um marco por uma série de razões, principalmente por seu inegável mérito acadêmico, mas também por ter trazido o tema da opressão da mulher para dentro do debate marxista, que até então não a admitia de forma alguma. Além disso, a importância do trabalho levou ao envolvimento público com o tema de dois dos mais importantes intelectuais brasileiros da segunda metade do século XX, Florestan Fernandes e Antonio Candido.⁴⁷

De acordo com Maria Izilda de Matos, muitas barreiras tiveram que ser derrubadas para a inclusão das mulheres como sujeito/objeto de pesquisa, dentre as quais as “abordagens globalizantes” do real, evidenciando seu caráter localizado e parcial.⁴⁸ Na década de 1970, as primeiras pesquisas sobre a condição da mulher priorizavam sua inserção no mundo do trabalho. Esses estudos dialogavam com a tradição marxista.⁴⁹ As produções da década de 1980, além dos estudos sobre a inserção de mulheres no mundo do trabalho, incorporaram análises do cotidiano, das “resistências” diárias, da vida em família, dentre outras.⁵⁰ À medida que o volume de trabalhos científicos sobre a condição feminina se multiplicava, cresceu também a percepção de que não era suficiente sua inclusão como sujeitos/objetos da ciência. Era preciso uma redefinição do que é científico de modo a contemplar novos problemas e novas metodologias de pesquisa.⁵¹

Uma das soluções encontradas para a redefinição da ciência foi a categoria analítica

⁴² Durante o mês de maio de 1968, várias manifestações em Paris contra o governo de De Gaulle uniram diversos setores da sociedade francesa, como os proletários, os camponeses e os estudantes. MAIO DE 1968. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maio_de_1968>. Acesso em: 26 fev. 2009.

⁴³ PINTO, 2003, p. 53.

⁴⁴ PINTO, 2003, p. 55.

⁴⁵ PINTO, 2003, p. 85.

⁴⁶ TELES, 2003, p. 59.

⁴⁷ PINTO, 2003, p. 86.

⁴⁸ MATOS, Maria I. S. Da invisibilidade ao gênero: odisséias do pensamento – percursos e possibilidades nas ciências sociais contemporâneas. In: SOTER (Org.). *Gênero e teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Paulinas/Loyola; Belo Horizonte: SOTER, 2003. p. 71.

⁴⁹ MATOS, 2003, p. 72-73.

⁵⁰ MATOS, 2003, p. 74-75.

⁵¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, 1995, p. 73-74.

“gênero”,⁵² embora haja mais de uma compreensão do conceito. Segundo Joan Scott, há um grupo de pesquisas que substituiu o termo “mulher” por “gênero” a fim de conseguir legitimidade científica. Isso porque gênero é um conceito mais abstrato e, aparentemente, menos ameaçador. Por outro lado, outro grupo de pesquisas identificou com o conceito gênero como um conceito relacional: estudar gênero implica, necessariamente, considerar homens e mulheres em suas relações. Rejeitando as explicações biológicas das diferenças entre os sexos, as análises de gênero indicam a construção cultural dessas diferenças: “‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”.⁵³ A categoria gênero é eminentemente relacional. Essa característica é muito importante, pois indica que a construção dos masculinos e dos femininos é um processo contínuo que varia de acordo com fatores, como a classe social, a etnia, a cultura, etc.⁵⁴ A percepção dessas variáveis torna a categoria gênero profícua para o estudo da diferença dentro da diferença,⁵⁵ identificando uma pluralidade de femininos e de masculinos.

Considerações finais

Os estudos feministas trouxeram uma nova compreensão do que seja a ciência, seu escopo e seu alcance. Através de uma postura de vigilância epistemológica, houve uma amálgama entre a atividade científica e a atividade militante, cuja tensão não foi eliminada, mas potencializada. Ao problematizar novas questões, as mulheres trouxeram contribuições inestimáveis para a atividade científica. Talvez ainda não estejamos aptos a apreciar todas as consequências advindas dessas contribuições. Ao chamar a atenção para o caráter histórico das representações e dos papéis de gênero, as mulheres apontam para a busca da equidade entre os gêneros.

Os feminismos demonstraram que uma sociedade mais justa e igualitária é fruto da atividade conjunta de homens e mulheres. Os sexismos e as hierarquizações baseadas no gênero limitam o potencial humano, relegando grandes contingentes de pessoas ao segundo plano. Se homens e mulheres são diferentes, essas diferenças não constituem, *a priori*, desigualdades. O reconhecimento das diferenças e o respeito à alteridade são parte importante do legado feminista. Reconhecer isso é um importante passo a ser dado na direção de uma sociedade mais justa e igualitária.

[Recebido em: setembro 2009 e
aceito em: novembro 2009]

⁵² SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 86.

⁵³ SCOTT, 1995, p. 75.

⁵⁴ MATOS, 2003, p. 76.

⁵⁵ SCOTT, 1992, p. 88.